

Departamento Estadual de Estrada de Rodagem e Transportes - DER/RO.

15.DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

15.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

15.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

15.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o ANEXO ÚNICO desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

Nº DO PROCESSO: 0009.508239/2021-86Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO: 681/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 011/2022 DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE: 07/01/2022

OBJETO: Aquisição de Emulsão com Polímero para Execução de Microrrevestimento a Frio DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 05/01/2021

- Departamento Estadual de Estrada de Rodagem e Transportes - DER/RO

ANEXO ÚNICO DA ATA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	Emulsão Asfáltica de Ruptura Controlada Tipo RC-1C E CIF - Porto Velho/ RO.	4.619,00	TONELADA	CBAA	R\$ 6.679,14	R\$ 6.542,00	-2,05	CBAA-ASFALTOS LTDA
0002	Emulsão com polímero para microrrevestimento a frio (RC1C-E) até o município de Jaru/ RO.	3.074,00	TONELADA	CBAA	R\$ 6.702,09	R\$ 5.565,00	-16,97	CBAA-ASFALTOS LTDA
0003	Emulsão com polímero para microrrevestimento a frio (RC1C-E) até o município de JiParaná/ RO.	4.855,00	TONELADA	CBAA	R\$ 6.706,45	R\$ 6.240,00	-6,96	CBAA-ASFALTOS LTDA
0004	Emulsão com polímero para microrrevestimento a frio (RC1C-E) até o município de Rolim de Moura/ RO.	4.606,00	TONELADA	CBAA	R\$ 6.723,16	R\$ 6.057,00	-9,91	CBAA-ASFALTOS LTDA
0005	Emulsão com polímero para microrrevestimento a frio (RC1C-E) até o município de Vilhena/ RO.	1.512,00	TONELADA	EMULSÃO ASFÁLTICA COM POLÍMERO RC-1C- E.	R\$ 6.756,90	R\$ 5.710,98	-15,48	ESTRUTURA COMERCIO E TRANSPORTES DE ASFALTO LTDA
0006	Emulsão com polímero para microrrevestimento a frio (RC1C-E) até o município de Alvorada do Oeste/ RO.	1.058,00	TONELADA	CBAA	R\$ 6.666,90	R\$ 5.954,00	-10,69	CBAA-ASFALTOS LTDA

ÓRGÃO GERENCIADOR:

GENEAN PRESTES DOS SANTOS

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

AMANDA TALITA DE SOUSA GALINA ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Diretora Executiva/SUPEL Superintendente Estadual de Compras e Licitações/SUPEL

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
05.099.585/0004-05	CBAA-ASFALTOS LTDA	R COROACI,50 LOTE 17SALA A - SANTA ETELVINA	MANAUS - AM	MARIA IZADORA DA COSTA DE SOUZA FERREIRA	001.310.002-50	(92) 98118-2908 (91) 3250-3000
35.617.510/0001-97	ESTRUTURA COMERCIO E TRANSPORTES DE ASFALTO LTDA	Rua Constelação de Gêmeos, 553 - Aleixo	MANAUS - AM	Pedro Saulo da Silva Sampaio	444.957.652-72	(92) 9287-0455

Protocolo 0023287646

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2022

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 610/2021

PROCESSO Nº 0036.346475/2021-75

Pelo presente instrumento, o ESTADO DE RONDÔNIA, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL situada à AV. FARQUAR Nº 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA EDIFÍCIO, RIO PACAÁ NOVOS 2º ANDAR – BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo Superintendente da SUPEL, Senhor Israel Evangelista da Silva e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem REGISTRAR O PREÇO futura e eventual contratação de material de consumo (MEDICAMENTOS), a pedido da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, por um período de 12 meses, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

Registro de Preços futura e eventual contratação de material de consumo (MEDICAMENTOS), a pedido da Secretaria de Estado da Saúde - **SESAU**.

## **2. DA VIGÊNCIA**

**2.1.** O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

**2.1.1.** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

## **3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele decorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

## **4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO**

**4.1.** O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

## **5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

**5.1.** Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

**5.2.** Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

**5.3.** Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

**5.4.** O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

## **6. DO PRAZO E LOCAL/INSTALAÇÃO DE ENTREGA**

**6.1.** No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

**6.2.** Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, “a” e “b”, da Lei 8.666/93 e alterações.

**6.3. DO PRAZO DE ENTREGA:** O fornecimento/entrega deverá ser efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, na totalidade do objeto contratado, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou do Instrumento de contrato, se for o caso;

**6.4. DO LOCAL DE ENTREGA:** Os materiais deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF1, sito a Rua Aparício de Moraes nº 4338 – Bairro: Industrial – CEP: 76.821-240 – Porto Velho/RO horário das 08h00min horas as 15h00min horas, de segunda a quinta-feira e das 08:00 00min horas as 13h00min horas, as sextas-feiras.

## **7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**7.1.** A empresa detentora da Ata apresentará a Gerência Financeira do Órgão requisitante a nota fiscal **referente ao fornecimento efetuado**.

**7.2.** O respectivo Órgão terá o prazo de 10 (**dez**) dias úteis, a contar da apresentação da nota fiscal para **aceitá-la ou rejeitá-la**.

**7.3.** A nota fiscal **não aprovada será devolvida à empresa** detentora da Ata **para as necessárias correções**, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 6.2. a partir da data de sua reapresentação.

**7.4.** A devolução da nota fiscal não aprovada, em hipótese alguma, servirá de pretexto para que a empresa detentora da Ata suspenda quaisquer fornecimentos.

**7.5.** O Estado de Rondônia, através dos órgãos requisitantes, providenciará o pagamento no prazo de até 30 (**trinta**) dias corridos, contada da data do aceite da nota fiscal.

## **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** A despesa correrá à conta dos orçamentos informados no Termo de Referência e edital de licitações. Os órgãos participantes poderão celebrar contratos, emitir notas de empenho ou instrumento equivalente, dependendo dos valores envolvidos, conforme previsto no artigo 62 da Lei 8.666/93.

## **9. DAS SANÇÕES**

**9.1** Em cumprimento ao disposto no Decreto 10.520/2002, em seu artigo 7º e subsidiariamente as sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

**9.2** Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

**9.3** Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a SESAU/RO poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:

**9.3.1** Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução. Acima do limite aqui estabelecido (30 dias), caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

**9.3.2** Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;

**9.4** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conformetabela pormenorizada inserida no edital de licitações do pregão o qual originou-se esta ata . Na referida tabela estão elencadas apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso.

**9.5** A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

**9.6** A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

**9.7** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**9.8** De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

**9.9** A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

**9.10** São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 10.029, de 2019, bem como o Decreto Estadual nº 26.182/2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

**9.11** As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

**9.12** As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

**9.13** As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

**9.14** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.15** A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

**9.16** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;

## **10. DA UTILIZAÇÃO DA ATA**

**10.1.** Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

**10.2.** É facultada aos órgãos e entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

**10.3.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**10.4.** As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**10.5.** As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**10.6.** Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

## **11. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**11.1.** De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

**11.2.** Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de Abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

**11.3.** A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado..

**11.4.** Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B.

**11.5.** Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

**11.5.1.** O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

**11.5.2.** O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na

forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DO REGISTRO

- 12.1. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer Ônus para o Órgão/Entidade toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, caso constatada divergência na especificação;
- 12.2. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas na ATA;
- 12.3. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 12.4. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;
- 12.5. Comunicar imediatamente à Administração Pública qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- 12.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- 12.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Administração Pública.
- 12.8. Indenizar terceiros e/ou ao Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- 12.9. Toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- 12.10. Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto do Edital correrão por conta exclusiva da contratada;

13. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS REQUISITANTES

- 13.1. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 13.2. Rejeitar, no todo ou em parte, os objetos desta Ata entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;
- 13.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos desta Ata;
- 13.4. Efetuar o pagamento à(s) contratada(s) de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e ata de registro de preços
- 13.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.
- 13.6. Não haverá sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. DA ALTERAÇÃO DAS MARCAS DOS ITENS REGISTRADOS

- 14.1. A marca/laboratório do item registrado poderá ser alterada, desde que seja por outra marca compatível em qualidade com a inicialmente ofertada, de acordo com a decisão nº 142/12/GCPCN.
- 14.2. A alteração deverá ser em decorrência de eventual fato superveniente, que impeça a detentora de cumprir com a entrega da marca/laboratório apresentada na proposta inicial, devidamente justificada e comprovada.
- 14.3. Para substituição da marca registrada a empresa detentora deverá:
- 14.3.1. Justificar a troca com a devida documentação, para análise do órgão gerenciador e equipe técnica da Diretoria de Assistência Farmacêutica - DAF, devendo apresentar *amostra* do produto da nova marca/laboratório ofertada, bem como registro do produto na ANVISA e Certificado de Boas Práticas vigente.
- 14.3.2. O órgão gerenciador da ata de registro de preços, de posse da documentação apresentada, analisará o pedido, e com base no parecer técnico, poderá deferi-lo ou negá-lo.
- 14.3.3. Em qualquer caso, a troca de marca não poderá ser efetivada se a nova marca ofertada for incompatível ou de qualidade e quantidade inferior a inicialmente ofertada.
- 14.3.4. Quaisquer custos adicionais oriundo da alteração da marca/laboratório ficarão por conta da detentora do registro de preços, ficando vedada a cobrança de custos adicionais a Administração Pública.

15. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

- 15.1. É participante desta ata o seguinte órgão pertencente à Administração Pública do Estado de Rondônia:
- SESAU** – Secretaria de Estado da Saúde.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- 16.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 16.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
- 16.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXO ÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

Fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

**Nº DO PROCESSO:** 0036.34647-52-0217 **Nº DO PREGÃO ELETRÔNICO:** 610/2021

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:** 7/2022 **DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOE:** 07/01/2022

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (MEDICAMENTOS) - SESAU **DATA DE HOMOLOGAÇÃO:** 05/01/2022

ANEXO ÚNICO DA ATA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA
0001	Nitroglicerina - Dosagem: 5 NaN, Aplicação: Injetável 0,	2.800,00	AMPOLA 5,00 ML	CRISTÁLIA	R\$ 30,66	R\$ 30,66	0,00	RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA*

0002	Norepinefrina - Concentração: 2 NaN, Forma Farmacêutica: Solução Injetável 0,	134.000,00	AMPOLA 4,00 ML	FRESENIUS	R\$ 11,41	R\$ 5,42	- 52,50	RIOBAHIAFARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD MEDICOS E COSMETICOS LTDA
0003	Ocitocina Dosagem: 5 UI/ ML, Indicação: Solução Injetável	34.700,00	AMPOLA 1 ML	UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/ A	R\$ 1,67	R\$ 1,44	- 13,77	..UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
0004	Octreotida Dosagem: 0,1 MG/ ML, Forma Farmacêutica: Solução Injetável ,	180,00	AMPOLA 1 ML	SUN PHARMACEUTICA	R\$ 65,91	R\$ 42,66	- 35,28	NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
0005	Ornitina - Composição: Sal Aspartato 0, Concentração: 500 NaN, Forma Farmacêutica: Solução Injetável 0,	600,00	AMPOLA 10,00 ML	BIOLAB	R\$ 52,17	R\$ 51,80	-0,71	STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
0006	Oxacilina - Concentração: 500 NaN	62.800,00	FRASCO-AMPOLA	BLAU	R\$ 3,29	R\$ 1,42	- 56,84	MED CENTER COMERCIAL LTDA
0007	Petidina cloridrato Composição: Cloridrato 0, Concentração: 50 NaN, Forma Farmaceutica: Solução Injetável 0,	1.500,00	AMPOLA 2,00 ML	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 2,37	R\$ 2,30	-2,95	RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA*
0008	Piperacilina Composição: Associada Com Tazobactama , Concentração: 4g + 500mg , Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável	57.500,00	FRASCO-AMPOLA	AUROBINDO PHARMA LIMITED	R\$ 114,80	R\$ 19,68	- 82,86	AUROBINDO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
0009	PROTAMINA SOLUÇÃO INJETÁVEL 10mg/ ml, AMPOLA 5ml	1.300,00	UNIDADE	CELLERA FARMACÊUTICA S.A.	R\$ 3,22	R\$ 3,16	-1,86	CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA
0010	Ranibizumabe Concentração: 10 NaN, Forma Farmacêutica: Solução Injetável 0, Característica Adicional: C/ Sistema De Aplicação 0	1.200,00	FRASCO 0,23 ML	NOVARTIS	R\$ 3.611,11	R\$ 3.331,65	-7,74	CM HOSPITALAR S.A...
0011	Rituximabe Dosagem: 10mg/ ML 0, Indicação: Solução Injetável 0,	660,00	FRASCO 50,00 ML	CELLTRION	R\$ 2.885,67	R\$ 1.400,00	- 51,48	ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA...
0012	ROCURÔNIO, BROMETO SOLUÇÃO INJETÁVEL (50mg/ 5ml)	35.300,00	UNIDADE	MSD	R\$ 118,63	R\$ 11,26	- 90,51	ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA...
0013	SALBUTAMOL, SULFATO - SOLUÇÃO INJETÁVEL (0,5mg/ ml)	3.800,00	AMPOLA 1 ML	HIPOLABOR	R\$ 2,62	R\$ 2,22	- 15,27	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI
0014	Sugamadex Composição: Sal Sódico 0, Concentração: 100 NaN, Forma Farmacêutica: Solução Injetável 0	3.300,00	AMPOLA 2,00 ML	SANDOZ	R\$ 369,15	R\$ 274,26	- 25,70	DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PROD MED HOSP LTDA
0015	SULFATO DE ZINCO 7H2O + SULFATO CÚPRICO 5H2O + SULFATO DE MANGANÊS H2O + CLORETO CRÔMICO 6H2O - AMPOLA 2 ML (22,00 MG + 6,30 MG + 2,46 MCG + 102,50 MCG)	3.200,00	UNIDADE	CASULA E VASCONCELOS	R\$ 9,91	R\$ 9,41	-5,05	STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
0016	SULFATO DE ZINCO 7H2O + SULFATO CÚPRICO 5H2O + SULFATO DE MANGANÊS H2O + CLORETO CRÔMICO 6H2O AMPOLA 4 ML (8,80 MG + 1,60 MG + 123,4 MCG + 20,50 MCG)	2.300,00	UNIDADE	CASULA E VASCONCELOS	R\$ 13,94	R\$ 12,50	- 10,33	STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA
0017	Suxametônio cloreto Dosagem: 100 NaN, Indicação: Injetável 0,	4.600,00	FRASCO-AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/ A	R\$ 21,37	R\$ 16,30	- 23,72	..UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
0018	Suxametônio cloreto Dosagem: 500 NaN, Indicação: Injetável 0,	1.600,00	FRASCO-AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA	R\$ 31,60	R\$ 15,63	- 50,54	RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA*

0019	Teicoplanina Composição: Teicoplanina 0, Concentração: 200 NaN, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável 0	1.100,00	FRASCO-AMPOLA	UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/ A	R\$ 313,90	R\$ 42,19	- 86,56	..UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
0020	TEICOPLANINA PÓ LIOFILIZADO (400mg/ 3ml), FRASCO/AMPOLA 3ml	1.400,00	UNIDADE	EUROFARMA LABORATÓRIO S.A	R\$ 439,26	R\$ 45,74	- 89,59	UNI HOSPITALAR LTDA
0021	TENOXICAM PÓ LIOFILIZADO, SOLUÇÃO INJETÁVEL 20mg, FRASCO/ AMPOLA + DILUENTE	105.000,00	UNIDADE	EUROFARMA	R\$ 8,56	R\$ 6,99	- 18,34	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI
0022	Terbutalina sulfato Dosagem: 0,5 NaN, Apresentação: Injetável 0	10.800,00	AMPOLA 1,00 ML	UNIAO QUIMICA	R\$ 1,88	R\$ 1,46	- 22,34	DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PROD MED HOSP LTDA
0023	Tigeciclina Concentração: 50 NaN, Forma Farmacêutica: Pó Liófilo P/ Injetável 0	2.700,00	FRASCO-AMPOLA	WYETH	R\$ 215,44	R\$ 199,72	-7,30	ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA...
0024	Tramadol Cloridrato Concentração: 50 MG/ ML, Forma Farmaceutica: Solução Injetável	80.500,00	AMPOLA 1 ML	UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/ A	R\$ 5,33	R\$ 1,01	- 81,05	..UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
0025	Tramadol cloridrato Concentração: 50 NaN, Forma Farmaceutica: Solução Injetável 0	155.700,00	AMPOLA 2,00 ML	UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/ A	R\$ 7,63	R\$ 0,97	- 87,29	..UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
0026	Vancomicina cloridrato Concentração: 500 NaN, Forma Farmaceutica: Pó Liófilo P/ Injetável + Diluente 0	24.800,00	FRASCO-AMPOLA	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA	R\$ 26,54	R\$ 4,19	- 84,21	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA
0027	VANCOMICINA PÓ LIOFILIZADO 1g + DILUENTE	24.600,00	FRASCO-AMPOLA	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA	R\$ 73,59	R\$ 18,50	- 74,86	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA
0028	Vasopressina Concentração: 20 NaN, Forma Farmacêutica: Solução Injetável 0	5.800,00	AMPOLA 1,00 ML	BIO LAB	R\$ 23,77	R\$ 22,83	-3,95	CM HOSPITALAR S.A...
0029	Nalbufina cloridrato Concentração: 10 NaN, Forma Farmaceutica: Solução Injetável 0	2.400,00	AMPOLA 1,00 ML	HIPOLABOR	R\$ 10,16	R\$ 9,80	-3,54	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI

**ÓRGÃO GERENCIADOR:****GENEAN PRESTES DOS SANTOS**

Coordenadora do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

**AMANDA TALITA DE SOUSA GALINA ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA**

Diretora Executiva/SUPEL Superintendente Estadual de Compras e Licitações/SUPEL

**EMPRESA(S) DETENTORA(S):****Qualificada(s) no Anexo Único desta Ata**

CNPJ	Razão Social	Endereço	Cidade	Representante	CPF	Telefone
04.598.413/0003-32	RECOL DISTRIBUICAO E COMERCIO LTDA*	RUA SURUBIM, 4925 - LAGOA	PORTO VELHO - RO	HERNANDES SALES GUERRA	045.692.022-68	(69)2181-9901/9927/9929
15.145.035/0001-96	RIOBAHIAFARMA COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PROD MEDICOS E COSMETICOS LTDA	RUA DO LUXEMBURGO, S/ N° GALPÃO 01 GRANJAS RURAIS,-	SALVADOR - BA	EDNEIDE SANTOS DA SILVA	826.641.455-68	(71) 3015-9887 / 3018-9886
60.665.981/0009-75	..UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A	Rod. Fernão Dias, BR 381 862,5 Distrito Industrial do Algodão, S/ n- ALGODAO	POUSO ALEGRE - MG	MARIA YONE MENDES GOMES RAMOS	563.843.351-15	11 5586-2023
34729047000102	NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI	R MIRIAN FERREIRA , 81 - ALVORADA	VILA VELHA - ES	ADELINA MELLO FONTANA	055.908.087-58	(27) 3359-4714 / 98845-8340
06.106.005/0001-80	STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	Av. Paul Harris, N° 100 Bairro: Centro,-	SANTA CRUZ DO SUL - RS	Milton Junior Mainardi	007.945.350-38	(51) 2109-7027
00.874.929/0001-40	MED CENTER COMERCIAL LTDA	ROD. JK BR 459 KM 99 GALPÃO - , S/ N - SANTA EDWIRGES	POUSO ALEGRE - MG	Rita de Cássia Sanches Rezende	011.905.086-21	(35) 3449-1950

04.301.884/ 0001-75	AUROBINDO PHARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA	RUA: GOMES DE CARVALHO 4ª ANDAR CONJ. 43/ 44, 1069 - VILA OLIMPIA	SAO PAULO - SP	RODOLFO BRUNO DE ALMEIDA	424.573.309-85	(11) 2161-0606
07.847.837/ 0001-10	CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA	AVENIDA ANAPOLIS, Nr. SN, Qd. 29A, Lt. 0006, Bairro: VILA BRASILIA,-	APARECIDA DE GOIANIA - GO	SIDNEY DE CASTRO PEREIRA	383.337.831-04	(62) 3088-9700/ (62) 3088-970
12.420.164/ 0009-04	CM HOSPITALAR S.A...	Rod. DF - 290, KM 7 Lote 01/ 04 - Galpão 02,- Santa Maria	BRASILIA - DF	Mariane Silva Brasileiro	401.335.638-47	(16) 2101-9401/ 21019503
04.307.650/ 0025-02	ONCO PROD DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES E ONCOLÓGICOS LTDA...	TR STRC TRECHO 3 CONJUNTO C, 6 BOX 4 - ZONA INDUSTRIAL	BRASILIA - DF	FLAVIA PEREIRA SOUZA MACEDO	333.832.238-09	(11) 2185-3435/ 8134/7601
06.065.614/ 0001-38	SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELLI	Rua C-159, Qd. 297 Lt. 20, 674 - Jardim América	GOIANIA - GO	AGNALDODO CARMO CHAGAS	895.030.901-72	62 3928-8989
07.640.617/ 0001-10	DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PROD MED HOSP LTDA	RUA: MP-6 Qd. 16-A Lt.01 DISTRITO INDUSTRIAL MONTE HOREBE , 304 - MARGARIDA PROCOPIO	SENADOR CANEDO - GO	ANTONIA DANIELA SANTANA	923.900.561-72	(62) 3565-1600
07.484.373/ 0001-24	UNI HOSPITALAR LTDA	RUA: ALAGOA, 253 - IPSEP	RECIFE - PE	CHRISTIAN MENDES OLIVEIRA TAVARES	484.301.613-68	(81) 3472-7201/ 7213
05.439.635/ 0004-56	ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA	ROD. ANTONIO HEIL, S/ Nº Km 4 Parte 1H - ITAIPAVA	ITAJAI - SC	CARLOS ALBERTO FOURNIER PIES	708.622.812-53	(21) 2268-7442 (92) 98117-3629

Protocolo 0023257410

## AVISO DE PUBLICAÇÃO

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 748/2021

## PROCESSO Nº 0048.285401/2019-00

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE RONDÔNIA**, através da SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL situada à AV. FARQUAR Nº 2986 COMPLEXO RIO MADEIRA EDIFÍCIO, RIO PACAÁS NOVOS 2º ANDAR – BAIRRO: PEDRINHAS, neste ato representado pelo Superintendente da SUPEL, Senhor **Israel Evangelista da Silva** e a(s) empresa(s) qualificada(s) no Anexo Único desta Ata, resolvem **REGISTRAR O PREÇO** visando à futura, eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender o desenvolvimento de aulas práticas do curso Técnico em Panificação (1.200 horas por turma), através do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – **IDEP/RO**, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Decreto Estadual nº 18.340/13 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

## 1. DO OBJETO

Registro de Preços visando à futura, eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender o desenvolvimento de aulas práticas do curso Técnico em Panificação (1.200 horas por turma), através do Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional – **IDEP/RO**.

## 2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

2.1.1. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.

## 3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Caberá à Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente (Decreto 18.340/13 artigo 5º, incisos VII e VIII). No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão requisitante.

## 4. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação do item registrado nesta Ata, encontram-se indicados no Anexo I deste instrumento.

## 5. PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A DETENTORA do registro de preços se obriga, nos termos do Edital e deste instrumento, a:

5.1. Retirar a Nota de Empenho junto ao órgão solicitante no prazo de até 05 (cinco) dias, contados da convocação;

5.2. Iniciar o fornecimento do objeto dessa Ata, conforme prazo estabelecido no Termo de Referência e edital de licitações.

5.3. Não será admitida a entrega pela detentora do registro, de qualquer item, sem que esta esteja de posse da respectiva nota de empenho, liberação de fornecimento, ou documento equivalente.

5.4. O objeto e/ou serviço desta ata deverá ser fornecido parcialmente durante a vigência da ata ou contrato, de acordo com as necessidades dos órgãos requerentes, nas quantidades solicitadas pelos mesmos.

## 6. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA

6.1. No recebimento e aceitação de qualquer item, objeto desta Ata de Registro de Preços, serão observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

6.2. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73

Autenticidade pode ser verificada em: <https://ppe.sistemas.ro.gov.br/Diof/Pdf/11553>

Diário assinado eletronicamente por GILSON BARBOSA - Diretor, em 07/01/2022, às 13:02